A CONTRIBUIÇÃO DA ESCOLA DIANTE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇA E O ADOLESCENTE

THE CONTRIBUTION OF SCHOOL BEFORE DOMESTIC VIOLENCE AGAINST CHILDREN AND TEENAGER.

LYRGÊNIA APARECIDA ANTONIO ALVES*
MARIA DVANIL D'ÁVILA CALOBRIZI**

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral, identificar a contribuição da escola diante da violência doméstica contra a criança e o adolescente, e como se dá o encaminhamento no âmbito escolar. Elaborou-se uma pesquisa qualitativa censitária, na qual 22 profissionais da educação de 11 EMEFs (Escolas Municipais de ensino fundamental de Bauru) responderam a um questionário com perguntas abertas. O universo contou também com 4 assistentes sociais do CIAVI que responderam a um formulário com perguntas abertas. Levantou-se uma hipótese a qual se buscou uma confirmação. Os resultados indicaram que a hipótese foi confirmada parcialmente, pois estes profissionais têm conhecimento do que é violência doméstica, conseguem identificar várias situações e características de maus-tratos domésticos, mas não são capazes de solucionar adequadamente estes casos. Alguns procedimentos por eles adotados podem colocar em risco a integridade das vítimas. A temática da violência doméstica é tratada com receio no ambiente escolar e os profissionais se mostram despreparados para abordar esta questão, por falta de conhecimento.

PALAVRAS CHAVES: Profissionais da Educação. Identificação de maus – tratos. Ambiente familiar.

*Bacharelada em Serviço Social pelo Centro Universitário de Bauru, mantido pela Instituição Toledo de Ensino. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social sob a orientação da Professora Mestre Maria Dvanil D'Ávila Calobrizi.

** Mestre em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001), graduada em Serviço Social – pela Instituição Toledo de Ensino (1989). Atualmente é assistente social - Escritório Jurídico- ITE/FUNDATO e professor titular - Instituição Toledo de Ensino.

ABSTRACT

This study has the objective of both, investigating the contribution that the school has on the identification of domestic violence against children and teenagers, and how the indication for therapy works within the school environment. A census' qualitative research was elaborated so that 20 education professionals from 10 EMEFs (ESsFE - Municipal Schools of Fundamental Education of Bauru) answered to a questionnaire containing opened questions. The sample involved also 4 social workers from the CIAVI, who answered to a formulary with opened questions as well. The results demonstrated that the hypothesis was partially confirmed, since these professionals have the knowledge of what domestic violence is and can identify various situations and characteristics of domestic aggression; however, they aren't able to satisfactorily solve such cases. Moreover, some of the procedures performed by them can put at risk the victims' integrity. The conclusion demonstrates that the topic of domestic violence is treated with some concern within the school environment and the professionals are unprepared to deal with this problem due to the lack of knowledge in this matter.

Key words: Education professional, physical-violence identification. Family environment.

INTRODUÇÃO

A violência é todo ato praticado por pais ou responsáveis contra a criança e o adolescente de diversas formas: violência física, violência sexual, violência psicológica, negligências entre outras.

De forma geral, é entendida como padrão abusivo de poder, baseia-se também no vivido de gerações anteriores, reproduzindo assim o ciclo da violência doméstica, no qual o agente agressor de hoje foi o agredido ontem, tornando-se um ciclo vicioso.

A violência doméstica contra a criança e o adolescente é um fenômeno com o qual o Brasil passou a se preocupar recentemente; foi no final dos anos 80, que passou a ser tratado na Constituição Federal no Art. 227, (Brasil, 1988) e no ECA (Brasil, 1990); e quem primeiro chamou a atenção do mundo para o problema dos maus-tratos contra criança foi a área médica, tornando a sociedade mais sensível ao problema, assim, conduzindo a criação de leis específicas que coibissem tais práticas. Outras áreas como as das ciências sociais passaram a trabalhar sobre as causas de tais violências, chamando a atenção para o fato de que um lugar tão silencioso e que era visto como lugar de refúgio e proteção havia se tornado um tormento para muitos seres humanos indefesos.

É pensando nessa infância violada, ou prestes a ser violada que há necessidade de se rever certos conceitos e estratégias de ação, pois a violência pode causar danos irreparáveis no desenvolvimento físico e psíquico de crianças e do adolescente, por se tratar de um fenômeno polêmico que desequilibra o padrão familiar, acaba sendo de difícil constatação, ficando assim, camuflado entre quatro paredes do que se chama de lar.

Quando uma criança sofre algum tipo de violência como física, psicológica, sexual ou moral, poderá desencadear uma série de situações vexatórias, quer seja na escola, ou na comunidade em que ela convive, embora o professor não obtenha meios de resolver essas questões, cabe à escola desenvolver ações que favoreçam o engajamento de outros profissionais preparados para trabalhar os fenômenos apresentados.

De acordo com CRAMI (2002, p.88):

... a violência sendo uma questão social, cultural, econômica e de saúde pública, o enfrentamento para esse câncer de nossa sociedade deve vir através da exigibilidade da formação/capacitação de todos os profissionais das diversas áreas. Sendo assim, os municípios devem prover o suporte de programas que atendam à demanda de violência denunciada ao conselho tutelar. Ou seja, devem ser criados programas de apoio sócio familiar como prevê o ECA, porém de “caráter específico” para trato com questões de violência doméstica e de violência sexual.

“A escola tem papel fundamental na identificação precoce e na comunicação dos casos de maus-tratos contra a criança e o adolescente”, foi com essa reportagem da Revista Nova Escola (2007) que surgiu o interesse por este estudo, o objeto de estudo é a contribuição da escola em relação à violência doméstica contra a criança e o adolescente, com o objetivo geral de identificar a contribuição da escola diante da violência doméstica contra criança e o adolescente como objetivos específicos identificar as ações desenvolvidas pela escola diante da violência doméstica, desvelar o que levam os profissionais a não denunciar, detectar os principais fatores que contribuem para a violência doméstica e identificar as ações do assistente social do CIAVI.

Levantou-se como hipótese que a violência doméstica contra criança e o adolescente vêm aumentando muito, principalmente as praticadas pelos pais. A violência é como um câncer, silenciosamente espalhada pelas casas de qualquer cidade, e que grande número de casos permanece encoberto pelo famigerado “complô do silêncio” do qual acabam sendo cúmplices os profissionais, vizinhos, parentes, familiares e até a própria vítima.

A baixa notificação dos casos de violência doméstica por parte dos profissionais, principalmente os educadores, indica o pouco conhecimento e envolvimento desses com o problema.

A escola tem papel fundamental na detecção precoce e informação do problema, para que medidas sejam tomadas.

A hipótese poderá ser comprovada com a pesquisa qualitativa, realizada de fevereiro a novembro de 2010, em 10 EMEFs, no qual 20 profissionais da educação responderam um questionário. Os resultados da pesquisa facilitarão a interpretação, entendendo o

contexto e desenvolvendo percepções a partir dos relatos sobre o conhecimento a respeito do fenômeno.

Neste estudo analisou-se teoricamente o papel da família na educação dos filhos; a educação brasileira, bem como os fatores que influenciam a aprendizagem; a questão da violência doméstica e suas diferentes tipologias no qual se procurou apontar alguns indicadores da existência de casos de violência doméstica e como o educador deverão agir. Abordou-se também a intervenção do Serviço Social do CIAVI, pois trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, proporcionar novas discussões, trabalhar as relações interpessoais e grupais.

Acredita-se ser de grande importância a detecção do problema no ambiente escolar, e a contribuição dos educadores é essencial para que se desenvolva e consolidem os mecanismos de proteção aos direitos da criança e do adolescente, previstos nas Leis brasileiras, para que ocorra a ruptura desse fenômeno.

A importância do estudo para o CIAVI e para o Serviço Social é de compreender melhor o fenômeno e poder agir de forma mais pertinente, cujas consequências sociais e emocionais são determinantes na vida das crianças, dos adolescentes e das famílias.

Encerrando, procede-se análise dos dados coletados, bem como as considerações finais, articuladas com os resultados obtidos, levando à conclusão e sugestões deste trabalho.

2 A ESCOLA E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2.1 Violência doméstica no contexto familiar

Mulheres e crianças são as maiores vítimas da violência doméstica, por serem partes mais frágeis do sistema familiar. O número de casos de agressão física é enorme, mas não

devem ser esquecidos os casos de violência psicológica. Um dos principais responsáveis pela violência doméstica é o álcool.

Embora a história jurídica brasileira seja recheada de preconceitos, a evolução que tem sido percebida desde o código de menores de 1929 não é pequena. Com a Lei n.º8.069 de 1990, que cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos e todo um esforço político tem sido feito para fazer cumprir aquilo que o estatuto preconiza em termos de medidas protetivas e sócio educativas.

Os maus tratos contra a criança só passaram a merecer maior atenção no final dos anos 80. Nessa época, os maus tratos foram tratados na Constituição Federal no art. 227, (Brasil, 1988) e no ECA (Brasil, 1990)

A violência doméstica pode ser definida como sendo:

Todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, por outro lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO E GUERRA, 1989)

Os diversos tipos de violência costumam se expressar associadamente, formando uma rede onde se interligam as várias violências oriundas do sistema social com aquelas praticadas no nível das relações interpessoais. Com base em Guerra e Azevedo (1989), estudiosas do assunto, consideram-se aqui quatro tipos de violência:

- Violência Física - corresponde ao emprego de força física no processo disciplinador de uma criança é toda a ação que causa dor física, desde um simples, tapa até o espancamento fatal. Geralmente os principais agressores são os próprios pais ou responsáveis que utilizam essa estratégia como forma de domínio sobre os filhos. - Violência Sexual - é todo o ato ou jogo sexual entre um ou mais adulto e uma criança e adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança/adolescente, ou utilizá-lo para obter satisfação sexual. É

importante considerar que no caso de violência, a criança e adolescente são sempre vítimas e jamais culpados e que essa é uma das violências mais graves pela forma como afeta o físico e o emocional da vítima.

- Violência Psicológica - é toda interferência negativa do adulto sobre as crianças formando nas mesmas um comportamento destrutivo. Existem mães que sob o pretexto da disciplina ou da boa educação, sentem prazer em submeter os filhos a vexames, sua tarefa mais urgente é interromper a alegria de uma criança através de gritos, queixas, comparações, palavrões, chantagem, entre outros, o que pode prejudicar a autoconfiança e auto-estima.

- Negligência: pode ser considerada também como descuido, ausência de auxílio financeiro, colocando a criança e o adolescente em situação precária: desnutrição, baixo peso, doenças, falta de higiene.

Quem primeiro chamou a atenção do mundo para o problema da violência praticada contra crianças, foi a área médica. Esta tornou a sociedade mais sensível ao problema e conduziu à criação de leis específicas que coibissem tais práticas.

Outras áreas como as das Ciências Sociais passaram a trabalhar sobre as causas de tal violência, chamando à atenção para o fato de que um lugar tão silencioso e que era visto como lugar de refúgio e proteção havia se tornado em tormento para muitos seres humanos indefesos. Era preciso estudar as mudanças ocorridas na família, no trabalho, a cultura construída na sociedade brasileira da autoridade do adulto e toda essa relação de poder abusivo que torna vítimas sem defesa.

A violência doméstica de forma geral é entendida como padrão abusivo de poder, a infância violada, isto é, daquelas crianças que tem cotidianamente seus direitos de pessoas humanas e de cidadãos.

È pensando nessa infância violada, ou prestes a ser violada, que precisa-se rever certos conceitos e estratégias de ação, pois a violência pode causar danos irreparáveis nos desenvolvimentos físico e psíquico de crianças e adolescentes, muitas vezes, por tratar-se de um fenômeno polêmico que desequilibra o padrão familiar acaba sendo de difícil constatação, ficando assim, camuflado entre quatro paredes do que chamam de lar.

Quando se trata de violência doméstica, os agressores costumam contar com um aliado poderoso, que é o silêncio das vítimas, assegurados por medo, vergonha, sentimento de culpa, por parte do agressor. É esse silêncio que faz com que se torne difícil a intervenção.

2.2 A família no processo histórico da sociedade brasileira

Kaloustian (1994, p.12) define a família como um espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando.

A família é o primeiro grupo ao qual o ser humano pertence, é algo muito velho e ao mesmo tempo muito novo. É um conceito velho se considerarmos que o homem, invariavelmente em seus primeiros anos de vida, vai necessitar dos cuidados alheios, e qualquer que seja o vínculo (de consanguinidade de filantropia etc...) que o prende aos adultos em sua volta, conta com pessoas que lhe ofereçam os cuidados necessários para sua sobrevivência. É um conceito sempre novo, à medida que a família vai se transformando através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, econômicas e socioculturais do contexto em que se encontram inseridas. Este é um espaço sociocultural que deve ser continuamente renovado e reconstruído; o conceito de próximo encontra-se realizado mais que em outro espaço social qualquer, e deve ser visto como um espaço político de natureza criativa e inspiradora.

A família é o ponto de todas as nossas origens e referências. Os sentimentos são os mais diversos possíveis, ora são bons, ora ruins. Esse universo traz um sentido de continuidade, de construção da história; o local onde se pode apoiar nos momentos difíceis e ter conforto do aconchego dos seus membros.

Na atualidade a família deixa de ser aquela constituída unicamente por casamento formal; hoje famílias são formadas, seja pelo casamento civil ou religioso, união estável, grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, seja por mãe solteira, união homossexual.

Essas alterações incidem sobre a qualidade da apreensão, da função e do desempenho de papéis intra e extra núcleo familiar. A complexidade dessa estruturação, criando diferentes organizações e modos de relacionamentos, nos obrigam a desenvolver uma capacidade para aceitar a família tal qual ela se constitui em fase de desafios que enfrentou, em lugar de

procurar nela o modelo que temos como representação.
(LOSACCO, 2003)

Diante de tantas mudanças a necessidade tem levado a mulher a se introduzir no mercado de trabalho, o que lhe conferiu importante papel no provimento financeiro da família, não sendo raros os casos em que é a única provedora. Tal fato, por sua vez, vem promovendo o afastamento precoce dos filhos do convívio familiar e o processo de socialização da criança está cada vez mais terceirizado (creches, escolas, natação, inglês, informática...), assim a educação dos filhos é partilhada com a escola.

Neste sentido, constatou-se também a necessidade de limitação no número de filhos, tornada possível pelo desenvolvimento de métodos contraceptivos cada vez mais seguros, que possibilitam a desvinculação entre sexualidade e procriação.

De acordo com Castells (1999, p.29):

As alterações na estrutura familiar revelam que o que está em jogo “não é o desaparecimento da família, mas a sua profunda diversificação e a mudança de seu sistema de poder” tendo em vista que a família patriarcal representa uma minoria no contexto social de diversas localidades.

A instituição família, que apesar de multimilenar, apresenta-se sempre com novas roupagens, em atendimento à demanda da sociedade da qual é núcleo, o que se faz sempre nova na forma de constituir-se em sua dinâmica interior.

A família é ao mesmo tempo espaço físico, relacional e simbólico.

2.2.1 O papel da família

A família tem como papel primordial o de proteção, tendo sobretudo, potencialidades para dar apoio emocional para a resolução de problemas e conflitos, podendo formar uma

barreira defensiva contra agressões externas. A família ajuda a manter a saúde física e mental do indivíduo, por constituir o maior recurso natural para lidar com situações potencializadoras de stress associadas à vida na comunidade.

É preciso compreender os significados vividos pelas famílias, o valor do diálogo familiar como um caminho possível para a cidadania.

A família é o espaço privilegiado para socialização, divisão de responsabilidades, práticas de tolerância, busca de sobrevivência, lugar inicial para exercício da cidadania e base de conhecimento sobre igualdade, respeito, direitos e deveres dentro da sociedade (Jose Filho (1998, p50 apud Eder Soares p. 26)

A necessidade básica da criança, remete-se para a figura materna, que a alimenta, protege e ensina, assim como cria um apego individual seguro, contribuindo para um bom desenvolvimento da família e conseqüentemente para um bom desenvolvimento da criança.

A família é então, para a criança, um grupo significativo de pessoas, de apoio, como os pais, os pais adotivos, os tutores, os irmãos, entre outros. Assim, a criança assume um lugar relevante na unidade familiar, onde se sente segura.

A nível do processo de socialização, a família assume, igualmente, um papel muito importante, já que é ela que modela e programa o comportamento e o sentido de identidade da criança, conforme nos aponta Tiba (2002, p.54):

A autoestima começa a se desenvolver numa pessoa quando ela ainda é um bebê. Os cuidados e os carinhos vão mostrando à criança que ela é amada e cuidada. Nesse começo de vida, ela está aprendendo como é o mundo a sua volta e, conforme se desenvolve, vai descobrindo o seu valor a partir do valor que os outros lhe dão. É quando se forma a auto-estima essencial.

Ao crescerem juntas, família e criança, promovem a acomodação da família às necessidades da criança, delimitando áreas de autonomia, que a criança experimenta como separação. A

família tem também, um papel essencial para com a criança que é o da afetividade, sua importância é primordial pois considera o alimento afetivo tão imprescindível, como os nutrientes orgânicos. Sem o afeto de um adulto, o ser humano enquanto criança não desenvolve a sua capacidade de confiar e de se relacionar com o outro. Deste modo, a família constitui o primeiro, o mais fundante e o mais importante grupo social de toda a pessoa, bem como o seu quadro de referência, estabelecido através das relações e identificações que a criança criou durante o desenvolvimento tornando-a na matriz da identidade. Todo esse conforto familiar nem sempre é harmonioso, possui seus momentos de conflitos, rejeições, por fatores internos e externos tornando as vezes, um meio de violência e tragédia, segundo Tiba (2002, p.127):

(...) é fundamental que os pais estabeleçam as bases sobre as quais apoiarão a educação dos filhos. Essas bases serão os alicerces das novas casas a ser construídas. Como os filhos são diferentes entre si, cada casa poderá ter o próprio estilo de vida e arquitetura, mas sem alicerce qualquer ventania ou temporal poderá derrubá-la.

As relações familiares baseiam-se muito no vivido de suas gerações anteriores, dessa forma tentam reproduzir sua vivência passada; um exemplo disso, é o ciclo da violência doméstica, onde o agente agressor de hoje foi o agredido ontem, isso acaba se tornando um ciclo vicioso.

As famílias, não importando a sua denominação, acabam por apresentar um lado obscuro de seu cotidiano, os atritos e conflitos acabam por tomar uma dimensão extremamente violenta, onde genitores se agridem e acabam por refletir essas agressões nos filhos.

A violência, portanto, passa a ser explícita na educação dos filhos, e pais acham que possuem o direito de espancar e cometer todos os tipos de violência.

2.2.2 A violência doméstica e os danos para suas vítimas

A violência doméstica está presente em todas as classes sociais, resulta de um conflito de gênero ou de geração, de uma forma geral, a violência é hoje tida como “elemento comum”, em especial contra criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiências e mulheres, principalmente nas relações intrafamiliares, segundo Kaloustian (1994, p.58):

Existe a tradição de ensinar através do castigo, da punição e ela conta com diversos provérbios populares que defendem uma interação violenta, legitimada pela “obrigação” da família em corrigir a criança.

É na relação em família que ocorrem os fatos mais expressivos da vida das pessoas, tais como a descoberta do afeto, da subjetividade, da sexualidade, a experiência da vida, a formação de identidade social. Assim, falar de família é falar de algo que todos já experimentaram.

É o espaço íntimo onde seus integrantes procuram refúgio, sempre que se sentem ameaçados. No entanto, é no núcleo familiar que também acontecem situações que modificam para sempre a vida de um indivíduo, deixando marcas irreparáveis em sua existência, uma dessas situações é a violência doméstica contra a criança e o adolescente, pois o ser humano é complexo e contraditório, ambivalente em seus sentimentos e condutas, capaz de construir e destruir.

A criança e o adolescente são pessoas que estão em desenvolvimento e para que isso aconteça de uma forma equilibrada é preciso que o ambiente familiar propicie condições saudáveis de desenvolvimento, o que inclui estímulos positivos, equilíbrio, boa relação familiar, vínculo afetivo, diálogo, entre outros.

Pois, como diz Weil (1986):

Aspectos emocionais estariam ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento a expressão deste através da produção escolar (...). O não aprender pode, por exemplo, expressar uma dificuldade na

relação da criança com sua família; será o sintoma de que algo vai mal nessa dinâmica.

Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que um ambiente familiar hostil e em conflito pode afetar seriamente não só a aprendizagem, como também o desenvolvimento físico, mental e emocional de seus membros; pois, o aspecto cognitivo e aspecto afetivo estão interligados, assim, um problema emocional decorrente de uma situação familiar em conflito reflete diretamente na aprendizagem.

Destaca-se, que mais poderosas do que forças da herança estão as influências do meio ambiente, cultural e social, as forças psicológicas dos adultos que rodeiam a criança, modelando-lhe a personalidade e o caráter.

Para se compreender melhor esse aspecto, torna-se necessário discutir e analisar o impacto da violência doméstica contra crianças e adolescentes na aprendizagem e em outros aspectos da vida, uma vez que, é uma das situações mais degradantes e opressivas, pois, afeta profundamente a vida do indivíduo e a dinâmica familiar.

2.3 A educação brasileira

No Brasil, têm-se várias legislações como a Constituição Federal de 1988, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1996 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, que garantem o direito à educação à criança e ao adolescente, direitos estes que precisam ser perseguidos por todos os profissionais que atuam no contexto escolar.

Pode-se dizer ainda que a educação coincide com a própria existência humana e suas origens se confundem com a origem do próprio homem, ela é o cerne do desenvolvimento social e seu papel diante da sociedade é de propiciar ações para efetivação dos direitos sociais.

Já se tornou corrente no Brasil, ouvir dizer o seguinte: “O professor finge que ensina e o aluno finge que aprende”.

O sistema educacional brasileiro desmantelou-se de tal forma que seria necessário, praticamente, partir do nada para edificar um novo sistema, realmente eficiente e justo.

Infelizmente, porém, o passado histórico brasileiro, onde a educação sempre esteve acomodada a interesses sociais das velhas elites, tem sido um verdadeiro entrave na atualização do sistema que é cheio de vícios, assim como tantas outras instituições.

A educação é planejada em gabinetes fechados e refrigerados por técnicos que parecem nunca terem tido contato com uma sala de aula. Os problemas de hoje continuam, praticamente, sendo os mesmos de vinte ou trinta anos atrás; como a falta de verbas, falta de recursos materiais, humanos e organizacionais, rede física deficitária, estrutura curricular inadequada a novos indivíduos, desordenação, tudo isso resultando em um evidente e progressivo baixo padrão de ensino.

Cada vez mais se formam indivíduos que, em sua maioria, não sabem se exprimir oral nem graficamente, não possuindo capacidade de reflexão, crítica ou criação.

A discutida crise da escola brasileira é, sobretudo, uma crise de identidade, porque ninguém mais sabe definir qual seja realmente a função da escola.

Recuperar o papel da escola não deve significar a ruptura com o passado, mas, deve estar vivo como lição, apontando os erros e acertos. Uma coisa é certa, que ela deve superar seu caráter de instituição a serviço das classes dominantes e construir o saber, como caminho para a liberdade, a realização, a igualdade e a justiça; deve se reviver o passado, refazendo e reconstruindo-o, ao planejar a educação é não pensar no hoje e sim no amanhã. A educação brasileira está cheia de siglas e provas para medição de qualidade: Saeb, Ideb, Prova Brasil, Provinha Brasil, Saresp, Enem... Todas essas siglas significam que a Educação brasileira vem sendo avaliada. Não são apenas as crianças e os jovens que passam por provas e recebem notas. A Educação também é medida. Todas essas siglas, portanto, indicam como anda a qualidade da Educação brasileira, se o aluno está realmente fazendo o que deveria na escola: aprendendo.

Como não é possível melhorar tudo de uma vez, especialistas ligados ao Movimento Todos pela Educação (TPE), que articula os esforços da sociedade civil, da iniciativa privada e de governos, reuniram-se, há três anos, para definir as metas para a melhoria da Educação básica do país. Traçaram um planejamento ano a ano e estabeleceram prazos para o cumprimento dessas metas até 2022. Se o Brasil alcançar todas as projeções até lá, terá chegado a um nível de Educação semelhante ao que têm hoje alguns dos países desenvolvidos como Estados Unidos e França. Na prática, as metas do Todos pela Educação, se efetivadas, garantem que todas as crianças estariam na escola e teriam adquirido pelo menos o conhecimento mínimo esperado para chegar ao ensino superior.

O estabelecimento de metas para aferir periodicamente a Educação ocupa um espaço estratégico na mobilização do país em torno da melhoria do ensino, afirma Mozart Neves Ramos, presidente-Executivo do movimento Todos Pela Educação.

São cinco as metas do movimento, que, abarcam o atendimento escolar, a alfabetização das crianças, a aprendizagem escolar, a conclusão das etapas da Educação Básica, e também volume e gestão dos investimentos públicos em Educação. O resultado das metas de 2009 (o relatório se chama De olho nas metas 2009), mostra que houve avanços no cenário educacional brasileiro, mas que ainda há muito a fazer. Foram analisados dados dos 26 estados e do Distrito Federal ano. “Os números retratados pelas metas” de atendimento e de conclusão escolar mostram que o Brasil melhorou, mas não na velocidade desejável, explica Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna e Coordenadora da Comissão Técnica do movimento Todos Pela Educação. Conforme nos aponta Demo (1994, p.101):

A educação básica detém importância específica, no sentido de que o ensino fundamental é direito e dever de todos, no fundo, única política pública universal. Por ser a base do edifício educacional, cabe-lhe sempre a relevância própria dos alicerces, implicando neles a solidez do sistema como um todo.

Já é costume, em vez de discutir a precariedade do ensino, culpar o aluno pelo desinteresse, mas a verdade é que tudo na escola está contaminado pela falta de qualidade. Segundo Demo (1994, p.101):

Se olharmos também para o desafio da qualidade é lembrarmos que qualidade é atributo humano, a formação adequada dos professores básicos é componente de absoluta sensibilidade.

O que muda no mundo moderno é a necessidade de construir conhecimento e o compromisso das autoridades ligados a educação de fazer um ensino público sério, voltado a capacitação dos professores e condições favoráveis nas escolas.

2.3.1 O profissional da educação identificando a violência doméstica

Um caminho viável para superação da violência que atravessa a sociedade brasileira com certeza é a educação, pois na instituição escola não se adquire somente conhecimento, pois se aprende uma série de valores e normas de comportamento.

O profissional que trabalha com crianças e adolescentes, principalmente em instituição escolar precisa estar atendo aos sinais, pois as vítimas pedem socorro não só através de suas vozes, mas através da linguagem corporal, de ações e de comportamento que indicam que alguma coisa não está bem, e que a criança precisa de ajuda.

Com base em Guerra e Azevedo (1998), existem alguns indicadores orgânicos na criança e adolescente que nos mostram quando devemos desconfiar:

- Desconfia dos contatos com adultos;
- Está sempre alerta esperando que algo ruim aconteça;
- Tem mudanças severas e frequentes de humor
- Demonstra receio dos pais (quando é estudante procura chegar cedo à escola e dela sair bem mais tarde)
- Apreensivo quando outras crianças começam a chorar
- Demonstra comportamentos extremos: agressivo, destrutivo, excessivamente tímido ou passivo, submisso;
- Apresenta dificuldades de aprendizagem não atribuíveis, interesses não usuais sobre questões sexuais, isto inclui expressar afeto para crianças e adultos de modo inapropriado para a idade, desenvolve brincadeiras sexuais persistentes com amigos, brinquedos ou animais, começa a masturbar-se compulsivamente. - Medo de uma certa pessoa ou sentimento de desagrado ao ser deixado sozinho em algum lugar ou com alguém;

- Uma série de dores e problemas físicos sem explicação médica;
- Gravidez precoce;
- Poucas relações com colegas e companheiros;
- Não quer mudar de roupa na frente de pessoas;
- Fuga de casa, prática de delitos;
- Tentativa de suicídio, depressões crônicas;
- Mudanças extremas, súbitas e inexplicadas no comportamento infantil (anorexias, bulimias);
- Pesadelos, padrões de sono perturbados;
- Regressão a comportamentos infantis tais como choro excessivo, enurese, chupar os dedos;
- Hemorragia vaginal ou retal, cólicas intestinais, dor ao urinar, secreção vaginal;
- Comportamento agressivo, raiva fuga, mau desempenho escolar; - Prostituição infanto-juvenil.

Deste modo, é preciso ter um olhar atento e comprometido com a causa da infância e adolescência para que as crianças possam obter auxílio e serem encaminhadas para profissionais éticos e capazes de fazer um diagnóstico mais preciso.

É muito importante, em casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, confiar na palavra da vítima, pois, dificilmente a criança vai mentir ou inventar. Então, até que circunstâncias mostrem o contrário, é fundamental acreditar na criança, assim como, é importante prestar atenção em mudanças súbitas de comportamentos, elas podem ser o principal indicador de que algo está errado.

Há necessidade de romper com o pacto de silêncio, e a denúncia se faz necessária, pois tem um papel importante na conscientização sobre os direitos da criança e do adolescente.

É por isso, que a escola e em especial o professor que está numa posição privilegiada para poder perceber o problema e agir, levando o caso aos órgãos de proteção, até por que isso é obrigatório por lei.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina a notificação obrigatória, em seu artigo 245:

Deixar o médico o professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche de comunicar a autoridade competente os casos que tenham conhecimento, envolvendo suspeita e ou confirmação de maus-tratos contra criança e adolescente incorre em multa de 3 a 20 salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

As sociedades democráticas são responsáveis pelas consequências educativas e tem de se preocupar em sensibilizar pais e educadores sobre o que é violência em casa, na escola, como identificá-la.

Entende-se que a escola representa o espaço de maior alcance para a multiplicação das ações sensibilizadoras e preventivas contra a violência, por concentrar em sua dinâmica educadora, alunos, pais ou responsáveis, assim como também tipificar o principal agente na identificação dos casos de suspeita de violência doméstica constituindo-se em importante parceiro para a verdadeira ruptura de seu ciclo.

Há necessidade de mudança de ótica para mudar a prática, cuja ênfase deve ser a prevenção de circunstâncias que prejudiquem o desenvolvimento integral da criança e do adolescente e não simplesmente a tentativa de combater problemas depois que estes se agravem, a tal ponto que sua reversão se torna difícil, quando não impossível.

A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e a saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, TÍTULO II, ART.70).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata dos princípios fundamentais de crucial importância para o desenvolvimento humano, visa garantir as condições oportunas ao desenvolvimento de todas as crianças.

São incontáveis as situações de ensinar, em que os professores se defrontam com dificuldades de aprendizagem, decorrentes de situações complexas.

É óbvio que a agressividade não é algo próprio da “natureza” da criança, e o professor em particular se pergunta que tipo de ação deve ser tomado com uma criança agressiva. É um comportamento que tem uma função no desenvolvimento dela, assim como é aprendido, se a criança bate no colega é porque assiste cenas violentas em casa, ou que são vítimas da violência dos pais e pode aprender que essa é uma forma aceitável, “normal” de lidar com raiva e com a frustração.

Quando os professores não estão preparados para lidar com uma criança vítimas de maus-tratos, podem desencadear sentimentos de hostilidade, é alta a probabilidade de a criança reagir agressivamente em relação à escola, ou ao próprio professor.

Diante da constatação da Violência Doméstica contra a criança e adolescente, a instituição escolar tem por obrigação comunicar os maus-tratos. A escola irá comunicar tal fato ao Conselho Tutelar baseando-se no art. 13 do ECA (2005, p. 9):

Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra a criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao “Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

Os direitos das crianças e do adolescente precisam ser respeitados e os professores devem, portanto quando suspeita ou confirmada a violência, notificar e tentar compreender, e usar essa compreensão para colaborar, mostrar a criança ou ao adolescente que, o que quer que tenha acontecido tem o apoio da escola e não será abandonado no momento em que mais precisa.

O envolvimento prático da escola em momentos como esse, demonstrará que a escola existe não só para transmitir conhecimento, mas para auxiliar os alunos que estão aos seus cuidados.

É essa instituição que deve se colocar à frente da luta pela redução da violência, e, portanto, não pode se omitir diante da violência doméstica.

2.4 O papel do assistente social frente à violência doméstica

O Serviço Social deve intervir de maneira a defender os direitos e deveres de crianças e adolescentes que estejam ou não sob riscos de vida. Pode-se colocar que o profissional atuará de forma a mediar as relações familiares, de forma a minimizar ou cessar a violência doméstica. Para tanto o profissional precisa ser:

- Competente - no trato da questão da violência contra a criança e/ou adolescente.
- Comprometido - com a causa da infância vitimizada no lar.

É importante enfatizar, como Iamamoto relata (2005, p.113) Projeto profissional comprometido com a defesa dos direitos sociais, da cidadania...

Sem acompanhamento e controle o Programa de Intervenção pode vir a ser um exercício de papel e não uma verdadeira intervenção para a família inserida no ciclo de violência doméstica.

O profissional deve estar capacitado para intervir nas mais diferentes formas, deixando seus valores e preconceitos de lado quando recebe uma notificação.

Dentro desse processo de intervenção profissional há um fator de suma importância, que é o notificante, é através da denúncia que o profissional pode intervir de maneira a interromper o ciclo de violência doméstica, existem vários tipos de notificação:

Anônimas _ Significam que a pessoa ao realizar a notificação prefere não se identificar por diversos motivos, um deles, por exemplo, é o medo de represálias; Identificadas _ Significa que a pessoa ao realizar a notificação se identifica com o intuito de obter informações a respeito do caso após a intervenção da instituição e, também se colocar à disposição da mesma para qualquer informação posterior; Denúncia vazia - Estas são notificações recebidas na instituição, geralmente anônimas, onde o conteúdo da mesma não confere com a situação apresentada, como por exemplo, o endereço não localizado, neste caso o registro é tido como improcedente.

A questão da violência doméstica é muito complexa, envolvendo valores, sentimentos, vidas etc., que muitas vezes necessita chegar às últimas consequências para serem notificadas.

Notificar significa fazer valer os direitos de proteção à criança e/ou adolescente é caminhar para uma cidadania plena. A realidade infelizmente é cruel, os pais ou responsáveis

dependendo do contexto familiar acabam se tornando agentes agressores colocando sua autoridade acima da dignidade humana.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais.

Sabe-se que, é no interior da escola, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se configuram as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc. As demandas emergentes e resultantes da questão social é que justificam a inserção do profissional do Serviço Social, que se insere neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar estas demandas. Neste sentido, Iamamoto (2005, p.75), afirma:

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo.

De acordo com a autora, o assistente social exerce, indiscutivelmente, funções educativo-organizativas sobre as classes; é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais, trabalha também para formação da cidadania e emancipação dos sujeitos sociais.

2.4.1 As ações do Assistente Social do CIAVI

O objetivo do trabalho do Assistente Social do CIAVI é reduzir as consequências físicas, psicológicas e sociais causadas pela violência doméstica e ainda prevenir que esse tipo de agressão ocorra novamente.

O trabalho é realizado de forma interdisciplinar, Assistente Social e psicóloga; importante que se privilegie um enfoque familiar em oposição ao indivíduo.

Entende-se que na família abusiva todos são vítimas, mesmo que em diferentes graus; assim toda família necessitará de atendimento, assim o assistente social da instituição faz um trabalho socioeducativo e não punitivo.

Apesar dos sentimentos despertados, como a indignação, que comumente se sente diante do agressor é preciso que se tente nos despir dos nossos medos, preconceitos ou pelo menos reconhecer que os tem, isso não, significa aceitar ou diminuir a responsabilidade do agressor, mas, sim buscar entender o ato violento como resultado de elementos associados à dinâmica das relações intra e extra familiar. No cotidiano são realizados diferentes tipos de ações: entrevistas individuais, visitas domiciliares, iniciais e de acompanhamento, atendimento social e psicológico, grupos de adolescentes e mulheres para assim colaborar pela socialização de seus problemas, buscando formas de superação.

A ética no atendimento com as famílias, o compromisso da confiabilidade é fundamental para conquistar a confiança do usuário.

Conforme nos aponta Iamamoto (2005, p 78):

Os princípios constantes no Código de Ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria.

A intervenção não pode provocar maior dano do que o já causado pela violência é necessário respeitar o tempo, o ritmo e as decisões das pessoas envolvidas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A escola tem papel fundamental na identificação precoce e na comunicação dos casos de maus-tratos contra criança e adolescente, foi com essa reportagem num encarte especial da revista Nova Escola em 2007 que surgiu o interesse pela pesquisa.

Instigada pelo fato de como os profissionais da educação podem colaborar na identificação da violência doméstica, buscou-se através de um estudo investigativo qual o conhecimento sobre o assunto e como é direcionado.

O estudo foi realizado de forma censitária em EMEFs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Bauru), com diretores e professores, sendo pesquisado o diretor e um professor de cada escola.

Segundo Martinelli (1999, P. 22):

Cada pesquisa é única, pois se o sujeito é singular, conhece-lo significa ouvi-lo, escuta-lo, permitir-lhe que se revele. E onde o sujeito se revela? No discurso e na ação. Assim, se a pesquisa pretende ser qualitativa e pretende conhecer o sujeito, precisa ir exatamente ao sujeito, ao contexto em que se vive sua vida.

O universo da pesquisa compreendeu em 10 escolas com a participação de 20 sujeitos, sendo 6 diretores de Escola, 2 assistentes de direção e 12 professores, todos com idade entre 29 a 53 anos, bem como 4 assistentes sociais do CIAVI. O objeto de estudo é a contribuição da escola na identificação da violência doméstica contra criança e adolescente. Os objetivos são:

Geral: Identificar a contribuição da escola diante da violência doméstica contra criança e adolescente.

Específicos: Identificar as ações desenvolvidas pela escola diante a violência doméstica; Desvelar o que levam os profissionais que atuam em escolas a não denunciarem a violência doméstica; Detectar os principais fatores que contribuem para a violência família Identificar as ações do Assistente Social do CIAVI com relação à violência doméstica contra criança e o adolescente.

Como problema indagou-se: Qual a contribuição da escola na prevenção da violência doméstica contra criança e o adolescente?

E como hipótese coloca-se que a violência doméstica contra criança e o adolescente vêm aumentando muito, principalmente as praticadas pelos pais. A violência é como um câncer, silenciosamente espalhada pelas casas de qualquer cidade, e que grande número de casos permanece encoberto pelo famigerado “complô do silêncio” do qual acabam sendo cúmplices os profissionais, vizinhos, parentes, familiares e até a própria vítima.

A baixa notificação dos casos de violência doméstica por parte dos profissionais, principalmente os educadores, indica o pouco conhecimento e envolvimento desses com o problema.

A pesquisa, como define Demo (1993, p.128), é vista como um diálogo crítico e criativo com a realidade, culminando com a elaboração própria e na capacidade de intervenção.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário, distribuídos nas 16 EMEFs de Bauru, que se constituiu de 11 questões abertas e por um formulário destinado às assistentes sociais do CIAVI, sendo que 10 escolas colaboraram devolvendo o questionário respondido, as outras 6 escolas alegaram não ter disponibilidade de horário para respondê-las.

De acordo com Lehfeld (2007, p.19):

O pesquisador, para a efetividade de seus projetos de estudo científicos, precisa cultivar a atitude científica, a qual se fundamenta na indagação criativa e constante sobre os fatos que o rodeiam e que compõem o seu cotidiano e, mais amplamente, a estrutura e a dinamicidade conjuntural da realidade social.

A pesquisa iniciou-se em fevereiro de 2010, a apreensão do saber teórico deu-se através da realização do fichamento bibliográfico de livros, artigos de revistas e sites da internet, selecionados pela pesquisadora. Os dados bibliográficos serviram de direção para fundamentar a importância da pesquisa com relação aos profissionais que atuam no combate à violência doméstica.

Com a elaboração dos fundamentos teóricos necessários, deu-se continuidade ao estudo através da pesquisa empírica, realizou-se o pré-teste, a coleta de dados através de questionário e formulários, análise dos dados empíricos, considerações metodológicas,

conclusão, introdução, resumo, abstract e encerrando em novembro de 2010 com apresentação do trabalho.

A aplicação do pré-teste aconteceu no mês maio sendo aplicada em duas EMEFs com quatro profissionais da educação para verificar se o instrumental seria viável ou não. Comprovou-se a viabilidade desta, bem como os objetivos a serem alcançados.

A coleta de dados realizou-se no mês de agosto, com a distribuição dos questionários, com prazo para retirá-los respondidos. Em duas escolas a pesquisadora teve oportunidade de dialogar com a diretora e uma assistente da direção na qual pode expor o objetivo da pesquisa e o trabalho realizado pelo CIAVI, nas outras escolas o questionário foi retirado na secretaria e outras seis escolas não devolveram a pesquisa, foram feitas várias tentativas em resgata-las, mas foi em vão, a resposta foi a falta de tempo para respondê-las.

Trata-se de um estudo com caráter descritivo, no qual utilizou-se da abordagem qualitativa com a intenção de caracterizar a realidade abordada.

Segundo Martinelli (1999, p.26):

Na pesquisa qualitativa todos nos expressamos como sujeitos políticos, o que nos permite afirmar que ela, em si mesma, é um exercício político. Não há nenhuma pesquisa qualitativa que se faça a distância de uma opção política. Nesse sentido, ela é plena de intencionalidades, busca objetivos explicitamente definidos.

Os resultados da pesquisa servirão para facilitar a interpretação, entender o contexto e desenvolver percepções a partir dos relatos sobre o conhecimento a respeito do fenômeno estudado.

3.1 Apresentação e análise dos resultados

3.1.1 Ações do profissional da área de educação em relação à violência doméstica.

A violência doméstica está presente em todas as classes sociais, pois esta se encontra democraticamente em todas elas, resulta de um conflito de gênero ou de geração, de uma forma geral, violência é hoje tida como “elemento comum”, em especial contra criança e adolescente.

Procurou-se discutir os dados a partir do entendimento e conhecimento sobre a violência doméstica entre os educadores.

A violência doméstica é um fenômeno complexo, suas causas são múltiplas e de difícil definição. Segundo Debardieux (apud FERRARI E VECINA, 2002, P. 122):

...em amplo levantamento histórico a respeito da violência na educação, cita, entre outros, textos originários do antigo Egito afirmando que os castigos físicos eram considerados a única maneira eficaz de educar.

É na relação em família no espaço íntimo no qual ocorre os fatos mais expressivos da vida das pessoas, tais como a descoberta do afeto, da subjetividade, experiências e formação de identidade, é também no núcleo familiar que acontecem situações que modificam para sempre a vida de indivíduo. A Análise dos resultados iniciou-se pela identificação dos sujeitos (professores, diretores e assistente de direção) abordando-se, gênero, idade, cargo e quanto tempo estão no magistério.

Os dados obtidos demonstram que a totalidade dos sujeitos pesquisados é do gênero feminino e encontram – se em sua maioria entre 29 e 53 anos estão atuando há mais de 6 anos.

Constata-se que todos os sujeitos entrevistados sabem ou pelo menos demonstraram ter conhecimento sobre o significado de violência doméstica contra criança e adolescente, quando apontaram ser atos físicos ou psicológicos praticados por pais, parentes ou responsáveis que ocorre em ambiente familiar, como pode-se observar nas respostas:

Toda ação praticada pelos pais ou responsáveis que venha causar dano físico, sexual a criança ou adolescente. (suj. 3. assistente de coordenação, 42 anos).

É agressão física ou verbal que ocorre dentro de casa, principalmente com crianças, mulheres ou idosos. (suj. 11. professora, 41 anos)

Qualquer ação (agressão) ou omissão familiar que cause sofrimento físico, psicológico, sexual ou que cause danos morais, como ameaças, humilhações, emitindo medo e insegurança nas pessoas – (crianças, adolescentes, mulheres, idosos, etc....). (suj. 19. diretora, 49 anos).

Todos maus tratos dirigidos às crianças dentro de casa. Ex. xingamento, humilhações, agressões físicas. (suj.12. diretora, 43 anos).

Mediante estas informações observa –se que os profissionais da educação das EMEFs- Escola Municipal de Ensino Fundamental de Bauru, têm conhecimento do que seja violência doméstica.

Os maus tratos contra criança só passaram a merecer maior atenção no final dos anos 80. Nessa época, os maus tratos foram tratados na Constituição Federal no art.227, (Brasil, 1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com prioridade, o direito à vida, a saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, a profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência e crueldade e opressão.

É pensando nessa infância violada, ou prestes a ser violada, que o profissional da educação pode trabalhar na identificação do fenômeno.

Com relação à percepção da violência doméstica na escola, 12 sujeitos já se depararam com violência doméstica, 11 em escolas públicas, 1 em escola privada e 8 não se depararam. Portanto a amostragem é significativa, são identificadas, mas não são notificadas.

Constata-se que todos os sujeitos têm conhecimento do contexto em que é mais frequente a ocorrência de violência doméstica, como pode-se observar nos depoimentos:

Acredito que o contexto varia, não há uma realidade que seja um padrão. Pode ocorrer tanto em classes sociais pouco favorecidas, quanto nas mais favorecidas. (suj. 1, diretora, 30 anos)

Família em conflitos, carente financeiramente, descontrole psíquico com dificuldade de educar. (suj. 6, diretora, 41 anos).

Acaba ocorrendo em lares desestruturados. Acredito que é maior onde há indícios de alcoolismo ou drogas. (suj. 11, professora, 41 anos).

Em todos os níveis sociais ocorre a violência, acho que é mais frequente em famílias desestruturadas economicamente e emocionalmente. (suj. 10. Professora, 29 anos.).

Mediante estas afirmações observa-se que os profissionais da educação da rede municipal têm conhecimento do contexto em que ocorre a violência doméstica. Segundo Azevedo e guerra (1995):

Nas famílias nas quais existe a violência física, as relações do agressor com os filhos vítimas se caracterizam por ser uma relação sujeito – objeto: os filhos devem satisfazer as necessidades dos pais...

A violência contra criança e adolescente, é um caso social e vem crescendo consideravelmente.

Crianças e adolescentes, vítimas de violência doméstica, costumam apresentar vários sintomas físicos, psicológicos alunos faltosos por negligência dos pais ou responsáveis e associados, no que pode ser observado através de seu comportamento.

Segundo Azevedo e Guerra (2000, P.318):

No que respeita a questão da vitimização doméstica de crianças e adolescentes, a leitura do Estatuto fornece princípios capazes de orientar uma política social de proteção e contenção do fenômeno em nosso país.

Muitas outras características são verificadas nessas crianças e adolescentes. O educador certamente perceberá com a necessária lucidez, outras que aqui não foram mencionadas. Várias dessas evidências em conjunto levam a suspeita de violência, demandando especial cuidado por parte da equipe da escola.

Sim, temos mais casos de falta de acompanhamento dos pais e as vezes negligências, falta de orientação emocional. (suj. 1 diretora , 30 anos)

Sim, chamamos o responsável para verificação dos fatos e devidas providências. (suj. 3 ass. de direção, 42 anos).

Sim, inclusive por relato dos próprios pais. (suj 6. Diretora 41 anos).

Já suspeitei de alunos que sofrem violência doméstica. (suj 19. diretora, 49 anos)

Diante das respostas dos profissionais grande parte deles consegue identificar indícios de violência doméstica entre seus alunos.

Em relação à atitude da escola diante da suspeita ou confirmação da violência doméstica entre seus alunos é muito delicado, ao ser comunicado logo entra em contato com a família e não resolvendo é encaminhado ao Conselho Tutelar.

Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I- Maus – tratos envolvendo seus alunos;
- II- Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III- Elevados níveis de repetência. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, TITULOII, ART. 56).

Dos 20 sujeitos entrevistados 12 levaram o caso ao conhecimento do Conselho Tutelar, isso depois de conversarem com os pais ou responsáveis, como apontam as respostas dadas pelos educadores:

A escola entrou em contato com a família para orientar e quando houve necessidade, encaminhou às autoridades competentes (Conselho Tutelar). (suj. 1; diretora , 30 anos).

A escola entra em contato com o Conselho Tutelar. (suj. 3; assistente de direção, 42 anos).

Comunica ao Conselho Tutelar, após tentar falar com a família e não ser resolvido. (suj. 4; professora, 32 anos).

Primeiramente convocamos os pais para esclarecimentos e orientações, quanto a violência. Se persistir o problema, comunicamos o Conselho Tutelar. (suj. 12; diretora; 43 anos).

Ressalta - se que 8 sujeitos não quiseram dar sua opinião. Quando o profissional da educação ignora o que está acontecendo, este assume uma postura imprópria para um educador.

Ignorar uma situação de violência praticada contra criança ou adolescente é compactuar com possíveis procedimentos negativos dessa criança ou adolescente.

Dos 20 educadores que participaram da pesquisa, 14 deles em suas respostas disseram que a escola não tem medo, mas o assunto é delicado, não sabem como agir e a preocupação é piorar a situação.

Talvez não seja “medo”, mas seria, quando ocorre, falta de provas para manifestar contra as agressões. (suj. 11; professora, 41 anos).

Não, mas tem que tomar cuidado para não piorar a situação. (suj. 19; diretora, 49 anos). Acho que “medo” não seria o termo. Mas a situação é bem complicada. (suj. 20; professora, 37 anos).

Não. Em nosso cotidiano, não somente a escola, mas a sociedade como um todo, sente -se pressionada e coagida devido a falta de segurança pública. Entretanto, a escola por sua especificidade em formar cidadãos, necessita esclarecer e orientar as famílias sobre as questões sociais, políticas e culturais. (suj. 3. assistente de direção, 42 anos).

Os outros 6 sujeitos dizem que a escola tem medo, pois é um problema social amplo e podem sofrer consequências.

Sim. É um assunto delicado que em casos extremos envolve pessoalmente as famílias que não aceitam orientação da escola,

mas ainda assim fazemos nosso papel, pois é dever profissional e moral. (suj. 1; diretora, 30 anos).

A escola tem obrigação de posicionar-se em relação a qualquer tipo de violência. Se ainda existe o medo por parte da escola no tratamento do assunto, acreditamos ser decorrente da falta de conhecimento. (suj. 13; diretora, 53 anos).

Questionado os educadores quanto a orientação da escola sobre a violência doméstica, as respostas foram:

Em caso de suspeita, avisar a direção da escola que será comunicado ao Conselho tutelar para que sejam tomadas as devidas providências (suj.2; professora,31 anos)

Chamar os responsáveis para uma conversa, para conscientizá-los e esclarece-los sobre os direitos das crianças. (suj. 11; professora, 41 anos).

Esclarecemos os direitos das crianças contidos no ECA e orientamos procurar apoio psicológico para educação dos filhos. (suj. 12; diretora, 43 anos).

Conversa sobre o assunto em reuniões de professores, funcionários e pais. (suj. 17; diretora, 45 anos)

Diante do tema violência doméstica e a participação dos mesmos; informaram que é discutido em reuniões de professores, pais e funcionários nos quais recebem alguns esclarecimentos.

Sobre os procedimentos a serem adotados quando há suspeita ou comprovações de maus tratos responderam:

*Encaminhar para o Conselho tutelar e ao serviço da prefeitura.
(suj. 1; diretora; 30 anos)*

*Acredito na postura e confio na postura da escola. (suj. 2;
professora). 31 anos).*

*Acredito que encaminhar o caso aos órgãos competentes
(Conselho tutelar e CIAVI). (suj. 11; professora, 41 anos).*

*Conversar com familiares e acionar os órgãos competentes.
(suj. 17; diretora; (45 anos).*

De acordo com as respostas, ressalta-se que alguns educadores notificam os casos em estância fora da escola, outros conversam com a família ou responsável.

Quando o professor ignora o que está acontecendo, este assume uma postura inadequada para um educador, ignorar uma situação de violência contra criança ou adolescente é compactuar com procedimentos negativos.

As informações sobre a violência doméstica na escola são discutidas muito timidamente, segundo relatos dos educadores:

*Sim. Em reuniões de todos os funcionários participam
coletivamente. (suj. 3; assistente de direção, 42 anos).*

*Sim. Palestras conselheiras para os pais. (suj. 12; diretora, 43
anos).*

*O assunto sempre surgiu, mas nunca foi explicitado. (suj. 14;
professora; 33 anos).*

Superficialmente, durante intervalo, professores e direção. (suj. 15; professora; 47anos).

Tal dado demonstra que as escolas possuem certo conhecimento do que venha a ser o fenômeno violência doméstica, porém não possuem preparo para tratar do assunto.

Evidencia-se a importância dos profissionais não se omitirem diante do fato presenciado de maneira a contribuir para a interrupção deste ciclo de violência.

Questionados sobre o conhecimento do art. 245 do ECA:

Sim, deve-se encaminhar a autoridade competente casos de maus-tratos contra criança e o adolescente. (suj. 1; diretora, 30 anos).

Sim, já fiz curso, mas falta um trabalho junto com assistente social e psicóloga dentro da escola. (suj. 19; diretora, 49 anos).

Esse artigo trata de crimes e infrações administrativas. Se o responsável competente não comunicar, a sua pena será de 3 a 20 salários , se houver reincidência o dobro.(suj. 18; professora, 51 anos).

Tenho conhecimento. Não houve questionamento sobre o artigo. (suj. 20; professora, 37 anos).

No art. 13 ° do ECA , todos os cidadãos devem notificar os casos de violência doméstica contra criança e o adolescente e no art. 245 que aplica a penalidade de multa administrativa , à professor ou responsável por estabelecimento de ensino fundamental, pré-escola ou creche , que não comunicar à autoridade competente os casos de que tenham conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança e ou adolescente.

Cabe à escola desenvolver ações e estratégias que favoreçam o engajamento de outros profissionais preparados para intervir junto ao fenômeno apresentado.

Diante dessa realidade indagou-se, se o profissional conhece o trabalho do CIAVI (Centro Integrado de Atenção a Vítimas de Violência) visto que se trata de um serviço de suma importância.

O CIAVI tem como objetivo organizar práticas com auxílio de profissionais para avaliar, reconhecer, notificar os órgãos responsáveis, como Conselho Tutelar e acompanhar o caso a fim de reduzir as consequências físicas, psicológicas e sociais causadas pela violência, prevenir e dar seguimento às ações redutoras da violência.

Dos sujeitos pesquisados 13 não conhecem e 7 assim se referiram sobre o conhecimento do trabalho da instituição CIAVI:

Sei da existência, mas não sei como e quais são os procedimentos em que atuam. (suj. 3; assistente de direção; 42 anos.)

Sim, tive a oportunidade de conhecer o trabalho do CIAVI ao frequentar curso no NAPEM. (suj. 15; professora; 47 anos)

Já conheço. Mas há necessidade de palestras nas escolas referentes ao assunto violência doméstica. (suj. 19 diretora; 49 anos).

Portanto, poucos têm conhecimento do trabalho do CIAVI; o curso que refere se o sujeito 15 foi uma oficina ministrada por profissionais do instituto, assistente social e psicólogo para capacitar os profissionais da educação na identificação da violência doméstica no NAPEM (Núcleo de Aperfeiçoamento Profissional da Educação Municipal).

Segundo Veronese; Souza e Mito (2001, P.32):

Pode-se verificar a importância de se trabalhar a divulgação da Instituição e a relevância da sociedade dentro desse processo.

Refletir hoje sobre o papel atribuído às crianças e aos adolescentes é, indubitavelmente, repensar toda uma cultura, um comportamento, é rever toda uma história de indiferença e esquecimento. Importa, portanto, em redefinir os objetivos almejados pela sociedade e seus governantes, sobretudo no que concerne a função da família, do Estado, da escola e do próprio cidadão. E dizer não a violência, seja qual forma estiver revestida. É fazer uma reflexão urgente, e sem dúvida necessária, com vistas a uma nova práxis.

Diante dos relatos a consciência sobre a violência doméstica dentro da área do magistério da rede municipal necessita de maiores incentivos para que as denúncias sejam efetivadas com uma maior frequência.

3.1.2 As ações do Serviço Social diante da violência doméstica

O Serviço Social deve intervir de maneira a defender os direitos e deveres de crianças e adolescentes que estejam ou não sob riscos de vida. Pode-se colocar que o profissional atuará de forma a mediar às relações familiares, de forma a minimizar ou cessar a violência doméstica, para tanto o profissional precisa ser: competente e comprometido. As assistentes sociais do CIAVI que participaram do estudo são formadas há mais de um ano e meio e estão no neste campo há um ano.

Segundo as Assistentes Sociais do CIAVI, que vivem esse cotidiano de violência doméstica, em relato, vêm esse fenômeno como:

A violência doméstica é um problema universal que atinge muitas pessoas, e em sua maioria se apresenta de uma forma silenciosa.

Trata – se de um problema que não obedece a nenhum nível social, religioso, cultural ou econômico específico.

É uma expressão da questão social desencadeada principalmente pelo uso de substância psicoativa e desemprego. (suj. 1; assistente social, 29 anos). Vejo a violência doméstica de uma forma explícita ou velada literalmente. Praticada dentro de casa ou no âmbito familiar, entre indivíduos unidos por parentescos civil ou natural, por exemplo: pai, mãe, filhos, irmãos etc...

No entanto suas consequências são devastadoras, pois esta se encontra em todas as classes sociais. Outros fatores também podem facilitar a situação de violência, como “stress”, desemprego, uso de substâncias psicoativas e valores, entre outros. (suj. 24, assistente social, 29 anos)

Diante das respostas pode-se entender que a violência doméstica não tem classe social, aparece como fenômeno intraclasses, pois permeia todas as classes sociais, é uma negação de valores humanos fundamentais e pode ocorrer por vários fatores: uso de substância psicoativa, stress, desemprego entre outros. Para Ferrari e Vecina (2002, p. 148), “A violência intrafamiliar consiste num processo de completa objetualização da criança e do adolescente”.

O profissional deve estar capacitado para intervir nas mais diferentes formas, deixando seus valores e preconceitos de lado quando recebe uma notificação.

A questão da violência doméstica é muito complexa, envolvendo valores, sentimentos, vidas etc, que muitas vezes necessita chegar às últimas consequências para serem notificadas.

Notificar significa fazer valer os direitos de proteção à criança e ao adolescente, isto é caminhar para uma cidadania plena.

De acordo com Ferrari, Vecina (2002, p. 149):

Ao tomarem conhecimento de um caso de violência intrafamiliar contra criança ou adolescente e perceberem sua gravidade, algumas instituições encaminham-nos para equipes que poderão oferecer um tratamento especializado em nível psicossocial.

Essas equipes devem estar estruturadas, tanto no nível teórico como prático, para receber esses encaminhamentos.

O Serviço Social é uma profissão que trabalha no sentido educativo de revolucionar consciências, de proporcionar novas discussões, de trabalhar as relações interpessoais e grupais.

Sabe-se que, é no interior da escola, no cotidiano dos alunos e de suas famílias, que se configuram as diferentes expressões da questão social, como desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, etc.

É diante dessa realidade, que o CIAVI trabalha, pois, o papel do Serviço Social é fundamental, atendendo diretamente as famílias, realizando esclarecimentos, informações e oportunizando momentos de reflexão sobre a problemática de conflitos, pois presta um serviço socioeducativo, por isso a necessidade da prevenção junto às escolas, como relatam as assistente sociais:

Através de palestras sócio – educativas e capacitação para educadores, formando uma rede de multiplicadores de informações de como identificar e notificar a violência doméstica. (suj. 22, assistente social).

Com palestras para educadores visando esclarecimento das modalidades e formas de identificar a violência doméstica. (suj. 23; assistente social, 22 anos)

De acordo com as respostas dadas pelas assistentes sociais do CIAVI, tem-se necessidade de trabalhar a participação, visando esclarecimento sobre as modalidades e formas de identificar a violência doméstica.

Inclui-se também neste contexto a importância da participação da família e assim favorecer a relação família- escola- comunidade ampliando o espaço de participação.

É de extrema importância que o profissional do Serviço Social inserido na escola mesmo que seja eventual (palestras ou capacitação) possa trabalhar para ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação).

As demandas emergentes e resultantes da questão social é que justificam a inserção do profissional do Serviço Social, neste espaço com o objetivo de receber e encaminhar estas demandas. Neste sentido, Iamamoto (2005, p.77. Afirma:

Foi afirmado que apreender a questão social é também apreender como os sujeitos a vivenciam. Ora desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade pela população.

De acordo com a autora, o assistente social, trabalha para decifrar as desigualdades sociais, revolucionar consciências; busca-se através projetos comprometidos lutar pela defesa dos direitos sociais e da cidadania.

CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou que as escolas, embora sejam capazes de identificar casos de violência doméstica entre seus alunos, ainda apresentam muita dificuldade para abordar este assunto, que quando não é negado ou ocultado, acaba sendo equivocadamente tratado.

O estudo revela a existência de uma confusão de competências nessas escolas, uma vez que buscam solucionar um problema de competência judicial da mesma forma, através da qual solucionam seus problemas escolares e pedagógicos, ou seja, por meio da convocação e orientação aos pais. A escola não é um espaço de intervenção propriamente dita, na medida em que não possui autoridade e recursos adequados para apurar e atuar

diretamente em casos de violência doméstica, mas pode e deve ser um espaço de prevenção e proteção de seus alunos, através da identificação e comunicação aos órgãos competentes.

Diante do contexto histórico, dos desafios atuais em relação à violência doméstica, foi que se identificou a necessidade de desenvolver o presente trabalho, tendo como objetivo a contribuição da escola na identificação da violência doméstica.

Assim, após levantarem-se os objetivos específicos do trabalho e aplicar-se a pesquisa de campo, foi possível constatar no primeiro eixo que a escola tem conhecimento a respeito da violência doméstica, todos os sujeitos entendem e, alguns já se depararam com o fenômeno ou na escola atual, ou em outras que trabalharam. Com relação ao contexto em que ocorre a violência doméstica, relataram que a maior frequência está nas famílias em conflito, com problemas econômicos, emocionais, usuários de álcool e drogas, entre outros.

Sobre a suspeita ou a confirmação de alunos que sofreram ou sofrem a violência doméstica, a maioria relatou suspeitar ou ter certeza, e a atitude da escola diante do fato, em primeiro lugar é convocar os pais ou responsáveis para esclarecimentos e orientações se persistir o problema, comunica-se ao Conselho Tutelar.

Sobre a questão de a escola ter medo de tratar do assunto, a maioria respondeu que sim, por ser delicado e complexo e sobre discussões relacionadas ao tema, alguns participaram, mas o assunto é discutido nas reuniões pedagógicas; e quanto ao conhecimento sobre o artigo 245 do ECA é tudo muito vago.

Os resultados apontam que para a escola enfrentar tal problema deverá estar aberta tanto no campo cognitivo, aprender a aprender e aprender a conhecer.

O presente estudo apontou que grande parte dos profissionais desta pesquisa consegue identificar indícios de violência doméstica entre seus alunos, bem como são capazes de associar algumas de suas manifestações comportamentais (sobretudo a agressividade) a possíveis situações de abuso doméstico, mas por receio ignoram o Art.º 245 do ECA que há penalidade de multa administrativa e punição para aquele profissional que constatar ou desconfiar desse tipo de violência e não notificar.

Diante do estudo a hipótese foi comprovada parcialmente, pois os professores conseguem identificar alguns casos de violência doméstica, mas não tem conhecimento de encaminha-los.

A notificação, que pode ser realizada anonimamente, constitui-se no único instrumento eficaz de combate à violência doméstica, com poder de libertar a vítima do “pacto de silêncio” através do qual é subjugada.

A assistente social tem como desafio no seu cotidiano propor alternativas de gestão para que possa construir propostas de trabalho efetivas, capaz de preservar e efetivar direitos, estabelecer patamares de dignidade e justiça social, que culmine na emancipação dos indivíduos.

O assistente social deve atuar primordialmente na defesa dos direitos humanos, e posicionar-se no combate contra todas as formas de preconceitos, com vistas a garantia dos direitos civis e sociais, priorizando a ampliação e consolidação da cidadania

O CIAVI faz um trabalho sócio educativo e tem por finalidade a prevenção e atendimento a vítimas de violência, como: crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres e idosos, vítimas de violência doméstica, assim como criança e adolescentes em situação de abuso e exploração sexual, notificadas pela comunidade e/ou instituições tendo em vista a proteção social, a garantia de direitos e ruptura do ciclo de violência.

O Instituto é um serviço dentro da rede especial de proteção social e executa dois programas: O programa de enfrentamento ao abuso e exploração sexual e o programa de prevenção a vítimas de violência doméstica. Não executa projetos e nem concede benefícios.

Diante dos dados obtidos através do estudo e da interpretação sugere-se:

- Formação de grupos de educadores para estudo e discussão desse tema na escola;
- Formação de núcleo interdisciplinares (composto por professores, médicos, advogados, psicólogos) para o tratamento do tema; atuando junto com o Conselho Tutelar;
- Capacitar em sala de aula, o novo profissional; Inserção do serviço social na escola.

REFERÊNCIAS

ABUSO SEXUAL DOMÉSTICO; Atendimento as vítimas e responsabilização o agressor/organização CRAMI-Centro Regional aos maus-tratos na Infância. -São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002. (Série fazer valer os direitos).

ACOSTA, A. R; VITALE, A. F. (texto Silvia Lossaco) **Família: Redes, Laços e Políticas Publicas/ org.** S.P: IEE/PUCSP, 2003, 320 p).

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 1977. II vol. n. 282.

AZEVEDO, M. A., & GUERRA, V. N. A. **A síndrome do pequeno poder**. São Paulo, Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. N. **Telelactri, Infância e Violência Doméstica**. São Paulo: USP, 2000.

AZEVEDO, M.A; GUERRA, V. N. **A violência doméstica na Infância e na Adolescência**. São Paulo: Robes, 1995.

Brasil, 1998 Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada, 2008.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. S. P: Paz e Terra , 1999.

BRASIL ECA **Estatuto da criança e do adolescente**, são Paulo :1993.

CRESS, **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. Coletanea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social. CRESS 2002 – 2005 São Paulo: O Conselho.

DEMO, P. **Os desafios modernos da educação**. Petrópolis, Vozes, 1993.

DEMO, P, **Educação e qualidade** – Campinas/SP: 9 ed (2004) Papirus, 1994 (coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).

REVISTA NOVA ESCOLA (encarte especial). São Paulo. S.P: ed. Abril. Fundação Victor Civita, 2007.

FAUSTINO.M.K. **O Serviço Social na Educação**. Disponível em: 02/07/2010 - www.fazendogenero8.ufsc.br/

FERRARI, D. C. A.& VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. (orgs) – S. Paulo: Agora, 2002.

IAMANOTO, M.V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. – São Paulo, Cortez, 2005.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira**, a base de tudo. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1994.

LEHFELD, N. **Metodologia do conhecimento científico: horizontes virtuais**/ Petrópolis, RJ: Vozes, 2007p 119.

MARTINELLI, M.L **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999 (Série Núcleo de pesquisa; 1) org.

PINHEIRO, Isa Carolina. **A importância do Serviço Social no âmbito Escolar** 2004. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Serviço Social de Bauru, Instituição Toledo de Ensino, Bauru, SP, 2004.

SOARES, E. **Fenomenologia do Diálogo: Como um caminho possível para construção da cidadania**. Eder Soares. Franca: UNESP; 2006. 95p.

TIBA, I. **Quem ama educa!** – São Paulo: Editora Gente, 2002.

VASCONCELOS, L. **Violência doméstica e escola**. Disponível em : 30/06/2010 - www.Sites.Ffclrp.Usp.br/paideia/artigo.

VERONESE, J. R. P. SOUZA, M. P. MIOTO, R.C.T. **Infância e adolescência, conflito com a lei**: Algumas discussões. Florianópolis : Fundação Boiteux, 2001. 152p.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.15, n. 27, p. 01-44, jan./jun.2011.
ALVES, Lyrgênia Aparecida Antonio; CALOBRIZI, Maria Dvanil D'Ávila. A contribuição da escola diante da violência doméstica contra criança e o adolescente.

WEIL,P. A criança , o Lar e a Escola. 12ª Ed. Petrópolis: vozes, 1986.